

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
KLEBER FABIO DE OLIVEIRA MENDES**

**FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES A PARTIR DE
UMA EXPERIÊNCIA DA AUTONOMIA DOS ESTUDANTES, COM
BASE NO TEXTO “O QUE É O ESCLARECIMENTO”, DE KANT.
UMA EXPERIÊNCIA LIBERTADORA.**

**CURITIBA / PR
2015**

KLEBER FABIO DE OLIVEIRA MENDES

**FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES A PARTIR DE
UMA EXPERIÊNCIA DA AUTONOMIA DOS ESTUDANTES, COM
BASE NO TEXTO “O QUE É O ESCLARECIMENTO”, DE KANT,
UMA EXPERIÊNCIA LIBERTADORA.**

Trabalho de Conclusão de pós-graduação
de metodologia de filosofia para o ensino
médio como requisito ao título de pós-
graduado.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Adriana
Camargo Cappello

CURITIBA / PR

2015

RESUMO

Neste artigo objetivou-se mostrar a importância de desenvolver o tema de reflexões sobre o ensino de filosofia com instrumento de autonomia em contextualização, percebe-se que que novos paradigmas se fazem presentes na realidade educacional brasileira, pois as aulas de filosofia a retornam a grade curricular em tempos desafiadores. O estudo da filosofia será o tema gerador de todo este artigo e a interação do seu ensino. Apresenta-se as diversas estratégias como instrumentos para a educação que são os instrumentos utilizados como interação e forma de ensino aprendizagem de educador e educandos, sendo espaço de debate, em uma técnica de aprendizagem em um mundo globalizado e cada vez mais tecnológico, através dos mais diversos instrumentos ensino e aprendizagem, que vem garantir a aproximação em um processo de cooperação e implantação do ensino de filosofia. Tal condição para a educação nos mais diversos segmentos que visam educar, planejar, sistematizar e organizar para combater de falta de acesso e estímulo vivenciada por educandos e educadores nas situações de negação de direito a educação de qualidade, sendo transmitido os conhecimentos na realidade brasileira para uma educação utilitarista. É através de tais metodologia que professores e alunos realizam suas práticas de ensino e aprendizagem. O educando precisa ser comprometido com os seus processos de ensino e o educador deve buscar promover e estimar o ensino dos sujeitos que se dispõem a estudar filosofia como instrumento de autonomia para os sujeitos críticos de uma sociedade que reflete.

Palavras-chaves: Educação. Filosofia. Autonomia.

ABSTRACT

This article aims to show the importance of developing the reflections theme of the teaching of philosophy with instrument autonomy in context, it is clear that that new paradigms are present in the Brazilian educational reality because the philosophy classes to return to grid course in challenging times. The study of philosophy is the generative theme of this entire article and the interaction of their teaching. It presents the various strategies as tools for education that are the instruments used to interact and form of teaching learning educator and students, with space for debate in a learning technique in a globalized and increasingly technological world, through various instruments teaching and learning, which is to ensure the approach in a process of cooperation and implementation of the teaching of philosophy. Such a condition for education in various segments aimed to educate, plan, organize and organize to combat the lack of access and stimulation experienced by learners and educators in situations of denial of the right to quality education, and transmitted the knowledge in the Brazilian reality for a utilitarian education is through such methodology that teachers and students perform their teaching and learning practices. The student must be committed to their teaching processes and the educator should seek to promote and evaluate the teaching of subjects that they stand to study philosophy as autonomous tool for critical subjects of a society that reflects.

Key-words: Education, Philosophy, Autonomy

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 O ADOLESCENTE E O JOVEM COMO SUJEITO AUTÔNOMO DO ENSINO MÉDIO NO ENSINO DE FILOSOFIA	11
1.1 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE.....	11
1.2 Construindo uma noção de juventude.....	15
2 A EDUCAÇÃO COMO MEDIAÇÃO DA FORMAÇÃO.....	19
2.1 A POLÍTICA EDUCACIONAL PARA FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO DO BRASIL	19
2.2 A FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO ATUAL.....	20
3 A AUTONOMIA DOS JOVENS E ADOLESCENTES NAS AULAS DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO	23
3.1. A função formativa da Filosofia.....	23
3.2 A AUTONOMIA.....	26
3.3 CONTRIBUIÇÕES DE KANT PARA A AUTONOMIA DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO.....	28
3.4 Plano de Curso de Filosofia para o Ensino Médio.....	31
CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

INTRODUÇÃO

***A nossa filosofia
Não tá suspensa no ar,
Não é livro em prateleira
Nem frase para declamar.
Filosofia pra gente
É um jeito consciente
Do povo se libertar
(Crispiano Neto)¹***

Na busca por uma educação libertadora, esta pesquisa tem o desejo de provocar uma reflexão necessária sobre a importância da filosofia no Ensino médio.

Com a problematização do Ensino de filosofia como prática libertadora, essa pesquisa estimula uma reflexão sobre a Escola e a realidade, ou seja, sobre o desafio vivido pelas escolas em seu papel de promover uma transformação libertadora através da educação entendida enquanto instrumentos de emancipação dos educandos e, mais especificamente, sobre o papel das aulas de filosofia como experiência de promoção dessa emancipação.

De um modo geral, a Filosofia acarretou desafios para as áreas do conhecimento no ensino médio, trouxe novos atores para os movimentos sociais e conferiu maior visibilidade a questões relacionadas à capacidade crítica de nossos educandos que cursam o ensino médio.

A presença da disciplina filosofia nos currículos da Escola Básica brasileira é, sem dúvida, algo de maior relevância. A pertinência de sua obrigatoriedade, sobretudo no Ensino Médio, é cada vez mais inconteste entre os movimentos político-pedagógicos no País. Somente o legado deixado pela tradição filosófica que ainda se faz vivo e ativo no mundo e em nosso país, por si mesmo, poderia justificar essa presença, mas há ainda uma importância mais forte: cada vez mais na atualidade nos

¹ Educador e repentista nordestino. Estes versos são parte do programa da “Semana de Arte e Filosofia”, dedicada ao tema: “Filosofia e Educação Popular”, citados por Carlos Rodrigues Brandão no livro 'O que é Método Paulo Freire', da Editora Brasiliense, 1981.

deparamos com a necessidade de oferecermos às gerações mais novas instrumentos cognitivos/conceituais para exercerem a atividade filosófica. (MATTAR, A. M.; TOMAZETTI, E.M.; DANELOM, M.; “Filosofia como disciplina escolar”. In CARVALHO, M; CORNELLI, G. (org.). Filosofia e Formação, vol.1. Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013).

As sociedades pós-modernas são muito complexas e encontram-se em profunda transformação e isso traz inúmeros desafios, sobretudo aqueles relacionados com as escolhas morais. A liberdade dos comportamentos, a infinidade de opções, o consumo desenfreado tem deixado as pessoas espantadas e muitos se perdem nas escolhas mal formuladas. Não é fácil viver neste mundo, são muitas as dificuldades, crises, perda de sentido, inversão de valores.

Esta pesquisa pretende refletir sobre as contribuições que o ensino de filosofia pode trazer ao processo de aprendizagem vivido pelos alunos do ensino médio no sentido do desenvolvimento de sua autonomia. Volta-se, portanto, para um processo de aprendizagem que se quer autônomo e, nesse sentido requer a reflexão e a crítica próprias a uma postura filosófica. Um processo que leve em conta as concepções de mundo que o adolescente desenvolve em seu processo de aprendizagem a partir de sua capacidade crítica frente ao que é percebido, diante de tantas realidades. E, nesse sentido, um processo de aprendizagem que potencialize questões como: Por que as coisas estão aí deste modo? Qual a causa de serem assim? Quando a dúvida e o espanto se instalam em nosso pensamento é que começamos a filosofar.

A filosofia deve buscar um exercício responsável para a liberdade que só será alcançado através da autonomia dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem. As aulas de filosofia no ensino médio devem provocar a reflexão e ação para a liberdade através de uma busca do conhecimento marcada pela autonomia, que, inclusive, questione criticamente a relação entre a escola, a comunidade docente e discente.

A Educação no Brasil é de extrema necessidade. No cotidiano escolar percebemos as fragilidades que desafiam aos educadores e educandos, sensibilizados para uma educação para a autonomia e participação cidadã em uma sociedade que só será transformada por uma educação eficiente e

transformadora. Faz-se necessário uma revolução para uma mudança que deve ser iniciada imediatamente.

Uma vez colocados dentro de uma realidade exigente, complexa, inserida em uma realidade de uma grande cidade, suscetível às grandes mazelas comuns a estes centros urbanos e ainda determinados a avançar sobre tudo isso com a utopia da educação, é imprescindível, para o professor, estar preparado e confiante para o trabalho.

Por isso, ressalta-se a importância da autonomia de estudo, assim entendidos como as aulas, os seminários e os trabalhos realizados no ambiente escolar. Cada minuto de leitura e aprofundamento foi referencial básico para nos lançarmos na prática da ação deste trabalho.

Muito além da burocracia governamental, das tresloucadas decisões vindas de “cima para baixo” e da boa-vontade que nada faz, vimos que boa educação se faz com “pé no chão” e muito, muito amor pelo que se faz. É preciso ser educador que aprende sempre e, assim mesmo, como aprendiz, conduzir a prática da ação didática.

Por isso, acolhemos como válida a experiência de aulas para a autonomia. Se, por um lado, ela nos colocou diante de uma realidade complexa e decadente, de outro nos mostrou as possibilidades de mudança de nossos educandos para a autonomia. E como futuros professores de filosofia não podemos escolher outro caminho senão o da dúvida, do questionamento, reflexão e da busca da autonomia de nossos educandos nas nossas escolas.

De saída, percebe-se uma Escola Pública, um Ensino Médio e um Ensino de filosofia inseridos em uma sociedade que não prioriza a educação, nem a percebe como direito e na qual os sujeitos da educação estão abandonados dentro do espaço escolar.

O educador de filosofia, que entende o processo de educação como um instrumento de libertação, na escola, necessita refletir sobre sua prática como contribuição para a libertação.

O conhecimento filosófico deve estar em relação com sujeitos datados, situados, em relação e em interação com seu tempo, época e cultura. A filosofia é um dos nossos maiores aliados no que se refere às questões de

interação com o tempo, época e culturas, em resumo, com as práticas culturais que contribuem para o conhecimento dos indivíduos que estão em nossas escolas. A filosofia faz parte da construção do conhecimento, indicando os caminhos para uma educação libertadora, para o ensinar e o aprender. Compreender e buscar sentidos para a educação e o Ensino em nosso continente é, também, compreender e buscar sentido para a Filosofia desde esse solo.

A expressão representada pelo ensino de filosofia no nível médio ganhou importância nos últimos anos, em diversos espaços e instâncias. O ensino de filosofia no ensino médio tem sido implantado a pouco tempo com obrigatoriedade da lei. A Lei nº 11.684/08 altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluiu a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. A Resolução CNE/CEB nº 1, de 18 de maio de 2009, dispõe sobre a implementação da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio, a partir da edição da Lei nº 11.684/2008, que alterou a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Com este trabalho de conclusão de curso propõe-se a utilização do ensino da filosofia como uma prática para a autonomia dos sujeitos do ensino médio, os jovens em todos os processos.

A didática do professor de filosofia deve ser concebida como uma didática filosófica, o que implica que o professor deva ser, também, responsável pela sua formação. Mesmo sendo uma didática filosófica, o professor não pode dispensar a utilização de variados e valorosos materiais didáticos para ligar um conhecimento filosófico abstrato à realidade, inclusive ao cotidiano do aluno. Isso não significa abandonar a dimensão filosófica e a relação com a História da Filosofia. Quando reconhece a nova condição juvenil de seus alunos e torna-se sensível a ela no desenvolvimento escolar, abre espaço para a reflexão acerca da relação do jovem com a escola na atualidade. Em direção oposta, em matéria do Jornal Folha de S. Paulo (7/01/2007), denominada Desmotivação é o que mais tira os jovens da escola, consta que 40% dos alunos que deixaram de estudar apontaram falta de vontade para assistir às aulas. Traduzido de forma miúda esse dado indica que foram “1,7 milhão de jovens entre 15 e 17 anos (16% do total) não estudarem em 2005”. (MATTAR, A. M.; TOMAZETTI, E.M.; DANELOM, M.; “Filosofia como disciplina escolar”, 173. In CARVALHO, M; CORNELLI, G. (org.)

O objetivo de pesquisa nesta temática vem com a reflexão e estímulo a autonomia dos jovens no ensino médio, a libertação como ponte para o caminho do conhecimento que se constrói.

O compromisso do filósofo não é com a filosofia como tal, e sim, com o não-filosófico, com a realidade, realidade sempre de opressão, alienação, busca de libertação. E a filosofia, por sua vez, para pensar esta realidade, precisa servir-se dos resultados e indicações críticas destas mesmas ciências humanas. Dussel (In: CASSALI, 1979, p. 90).

Nesta intenção, a construção deste trabalho foi constituída de três capítulos: No primeiro capítulo, - “O ADOLESCENTE E O JOVEM COMO SUJEITO AUTÔNOMO DO ENSINO MÉDIO NO ENSINO DA FILOSOFIA”, procurou-se estimular a reflexão da problemática vivenciada em nossas escolas da não garantia da aprendizagem de nossos alunos.

Neste primeiro capítulo iremos contar com o material apresentado na Formação de Professores do Ensino Médio O JOVEM COMO SUJEITO DO ENSINO MÉDIO e também com o artigo desenvolvido por Antônio Joaquim Severino na reflexão: “Formação política do adolescente no Ensino Médio: a contribuição da Filosofia”.

No segundo capítulo, “A EDUCAÇÃO COMO MEDIAÇÃO DA FORMAÇÃO”, abordaremos vários autores e leis, que fundamentem os desdobramentos para o debate filosófico em nossas escolas. Nesse contexto reforça-se a importância da Pedagogia Libertadora proposta por Paulo Freire em sua interface com a educação filosófica como ação cultural libertadora.

No capítulo três, exploram-se algumas possibilidades de interpretações a partir do texto “Resposta à pergunta: Que é esclarecimento?” de Kant. Aqui analisam-se as concepções e pistas que podemos encontrar no texto de Kant como estratégia para o desenvolvimento autônomo de nossos educandos. Não se trata de um estudo que se detém em chegar a uma conclusão, mas sim apresentar pistas de como utilizar a filosofia no processo de autonomia dos educandos, a partir de uma análise de texto. O objetivo deste capítulo é compreendermos como este grupo vivencia e conceitua a educação filosófica, com especial destaque a metodologia que se desenvolva para os sujeitos como autônomos do processo de educação.

Como conclusão, apresenta-se como possibilidade e referência norteadora o texto de Kant “O que é o esclarecimento” para a saída da menoridade um importante estímulo para o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, as pistas apresentadas no conteúdo de filosofia com toda a sua importante contribuição para o desenvolvimento do homem, o ensino de filosofia como instrumento de transformação dos sujeitos da aprendizagem e autônomos. Em síntese, entende-se que o ensino para a autonomia dos jovens deve ser um dos principais norteadores para um bom trabalho do ensino da filosofia. Isso porque acreditamos que, o discurso filosófico permite essas diferentes visadas porque é um discurso plural e diverso. Tem-se o desafio de apresentar uma proposta de ensino e aprendizagem com o terceiro capítulo. Além disso, o discurso filosófico permite interpretações diversas e apropriações diversas e plurais dessas interpretações.

1 O ADOLESCENTE E O JOVEM COMO SUJEITO AUTÔNOMO DO ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO.

1.1 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Quando percebemos o outro, não sabemos nada a seu respeito, porém, quando o percebemos, começamos a conceituá-lo: qual sua etnia, sexo, idade. E mais, se começamos a perceber os detalhes, poderemos perceber alguns indicadores e, assim, podemos nos utilizar das diversas formas de conhecimento para que possamos saber quem é este “outro”. Parece ser muito fácil conhecer este outro, porém, é uma questão muito mais complicada do que imaginamos, pois, a psicologia acredita que somos seres em constante mudança.

“Para compreender esse processo de produção do sujeito, que lhe permite apresentar-se ao mundo e reconhecer-se como alguém único, a psicologia construiu o conceito de identidade” (FURTADO, 1999, p. 203) . Tendo este conceito inúmeras definições, o autor destacará a seguinte:

Carlos R. Brandão, antropólogo e educador, diz que a identidade explica o sentimento pessoal e a consciência da posse de um eu, de uma realidade individual que torne cada um de nós um sujeito único diante de outros eus; e é, ao mesmo tempo, o reconhecimento individual dessa exclusividade: a consciência da continuidade em mim mesmo. (FURTADO, 1999, p. 203)

O autor se propõe à reflexão da oposição entre este eu e os outros eus, sendo a relação com os outros que diferencia cada um de nós. Cada um de nós é um sujeito único, somos singulares, cada pessoa tem seu jeito, sua forma e será destacado por esse jeito, diferenciando-se dos outros eus. Assim, poderemos perceber como devemos respeitar a singularidade de cada um.

Segundo o psicanalista André Green, o conceito de identidade agrupa várias ideias, como noção de permanência, de manutenção de ponto de referências que não mudam com o passar do tempo, como o nome de uma pessoa, suas relações de parentesco, sua nacionalidade. São aspectos que, geralmente, as pessoas carregam a vida toda. Assim, o termo identidade aplica-se à delimitação que permite a distinção da unidade. Por fim, a identidade permite uma relação com o outro, propiciando o reconhecimento de si. (FURTADO, 1999, p. 203)

Para tanto, propriedades como unidade e reconhecimento, descrevem determinados momentos da identidade, não sendo, no entanto, capazes de acompanhar o processo de transformação do sujeito em suas singularidades.

Várias correntes da psicologia e psicanálise afirmam que o reconhecimento do eu só se dá quando eu consigo me diferenciar do outro, podendo me perceber através da presença ou reconhecimento do outro, sendo que a relação com o outro é fundamental para a construção da identidade, para a percepção do eu.

Sendo as primeiras relações tão importantes para a construção de uma identidade, a imagem da mãe e sempre da mãe é quem ajuda na percepção do eu, é com o olhar da mãe que a pessoa começa a perceber seu valor como pessoa.

Somando ao processo de experiências que eu tenho ao longo da “montagem” do meu modelo de como pretendo ser como homem ou mulher, este modelo me ajudará na construção da minha identidade. Ao longo da minha vida posso adquirir novos modelos e os alterar, sendo algo em permanente mutação. Como seria possível alguém mudar e continuar sendo igual a si mesmo? É isso o que acontece: a identidade é um processo constante de mudança.

Estas transformações, além daquelas que são inexoráveis, como as de passagem de idade ou daquelas que são dependentes das oportunidades sociais e do acesso aos bens culturais, acontecem e, assim, o sujeito vai construindo sua identidade social, cultural. O sujeito vai afirmando sua construção social, buscando se diferenciar e, ao longo desse caminho, começa a perceber que existem outros sujeitos que se assemelham a seu contexto social, sendo assim, percebe-se que a simples substantivação não é suficiente para definir uma identidade, ao contrário, o sujeito é, na sua ação e sua predicação, a atividade que constrói sua identidade.

A identidade é um processo contínuo de transformação, desde o antes de nascer até o nosso morrer. Deve-se ter um olhar atento além das aparências e dos preconceitos, percebendo que sempre o antigo estará no novo eu.

Quando percebemos a angústia e a dor no processo de mudança, podemos afirmar que estamos frente a um processo de crise de identidade, pois este processo de mudança é contínuo, intenso. O sujeito que se redefine ou retifica seu modo de ser e estar no mundo aflora sua identidade para si e para o mundo. Um inexorável momento de mudança, a adolescência, é um processo dolorido e de muito sofrimento, sendo um grande momento de dúvidas na fase do “ser ou não ser, eis a questão”, produzindo alguém novo com inúmeras mudanças e mudanças de não muito fácil compreensão.

No entanto, a atividade “coisifica-se” sob a forma de personagem. Essa construção de personagem congela a atividade, perdendo a dinâmica da transformação da minha identidade, não sendo a atividade quem define a movimentação da minha identidade.

Os animais não humanos vivem em um mundo completamente determinado pelas estruturas dos seus instintos. Cada animal vive no ambiente específico de sua espécie particular. Ao contrário, o Humano é um ser inacabado, portanto, precisa se construir na medida em que constrói um mundo para si. Este mundo é a cultura.

A Cultura determina o contexto comum em que os indivíduos vivem as suas vidas numa sociedade: como se vestem, seus costumes matrimoniais e vida familiar, seus padrões de trabalho, cerimônias religiosas e ocupações de lazer. Estes aspectos são aprendidos e não herdados, e são compartilhados por membros da sociedade.

O Humano constrói produtos de toda espécie imaginável e, por meio dele, modifica o seu ambiente físico e age sobre a Natureza de acordo com a sua vontade. O Humano constrói também a sua linguagem, o que torna possível a comunicação e o convívio entre os indivíduos. A sociedade é constituída e mantida por seres humanos em ação, o que nos faz perceber que o Humano é um ser social, sempre vive em coletividades e perde sua humanidade quando afastado do convívio de outros Humanos. É trabalhando

juntos que os Humanos fabricam instrumentos, inventam línguas, aderem valores, concebem instituições, e assim por diante.

O Humano é quem produz historicamente todos os valores (o que é bom ou ruim, certo ou errado, aceito ou não aceito socialmente, etc.), todas as instituições (famílias, escolas, religiões, etc.), os papéis sociais (como o homem e a mulher devem se comportar). Uma vez produzido, esse mundo permanece, quer se queira, quer não. Em outras palavras, o mundo humanamente produzido, ganha um caráter de verdade absoluta e que não pode ser questionado. A sociedade é produto da atividade humana, mas ganha aparência de existir anteriormente ao próprio Humano. Sendo assim, ela passa a interferir diretamente na conduta individual: dirige, controla e pune.

A sociedade funciona, então, como uma ação de formação da consciência individual, e as novas gerações, por meio dos processos de socialização, vão aprendendo a viver de acordo com as imposições sociais. A partir de então, a sociedade confere ao indivíduo não apenas um conjunto de papéis sociais, mas também uma identidade já formada. O indivíduo não apenas aprende os sentidos do mundo, mas, ao mesmo tempo que é modelado por eles, passa a reproduzi-los como se fossem originários de si. Sendo assim, o indivíduo vai construindo o mundo em sua consciência na medida em que se relaciona com os pais, amigos, professores, etc.

A sociedade passa a ser, então, uma estrutura organizadora dos indivíduos. Ela assume uma espécie de lei universal e os indivíduos a absorvem como sendo parte de sua própria experiência. O mundo social se esforça na medida do possível para ser considerado como uma coisa óbvia. Não basta que o indivíduo considere os sentidos da ordem social como úteis, desejáveis ou corretos, é muito melhor, para a ordem social, que ele os considere como inevitáveis, como parte e parcela da “natureza das coisas”. Se isso for conseguido, o indivíduo que discordar das imposições sociais poderá ser considerado não só como um idiota, mas como louco, sendo que na realidade ele apenas discorda das imposições e injustiças sociais.

Dessa forma percebe-se que o Humano, que só se humaniza em sociedade, é o próprio responsável pela sociedade. Esta, depois de estruturada, ganha um caráter universal e aparentemente superior ao Humano,

e o Humano novamente absorve estes valores como verdades absolutas. (BERGER, 1985)

1.2 Construindo uma noção de juventude

A juventude é uma fase transitória, um tempo passageiro entre as idades infantil e adulta, a juventude é definida pela faixa etária que vai dos 15 aos 29 anos. No entanto, se entendermos o conceito de juventude como uma construção social, as concepções de juventude são inúmeras e, assim, necessitamos debater e compreender o que é a juventude ou juventudes no plural em todas as suas necessidades e especificidades.

Uma primeira preocupação é não reduzirmos a nossa compreensão da juventude a uma definição etária ou a uma idade cronológica. Como nos lembra Carrano (2010), a definição de ser jovem através da idade é uma maneira de se definir o universo de sujeitos que habitariam o tempo da juventude. Este é um critério variável e muda de país para país. Na América Latina, vai se estabelecendo o consenso de que os jovens devem ser considerados como tal até os 29 anos, como vimos no Estatuto e na PEC da Juventude. A definição da juventude por idade encontra elementos objetivos no aspecto da maturidade biológica e sua delimitação se reveste de importância para as políticas públicas, notadamente quando se pensa em contagem de população, definição de políticas e recursos orçamentários. Compreender os jovens apenas pelo fator idade, contudo, seria simplificar uma realidade complexa que envolve elementos relacionados ao simbólico, ao cultural e aos condicionantes econômicos e sociais que estruturam as sociedades.

Assim, por afirmar a juventude como um processo de construção social, necessitamos de contribuições científicas e nos debruçar sobre as concepções da identidade da juventude. Construir uma conceituação de juventude, perceber a juventude em toda a sua complexidade em diferentes contextos históricos e sociais tem se mostrado como um grande desafio para os estudiosos do tema de juventude, uma das fases mais marcantes da vida de todos os sujeitos.

Para Groppo,

A juventude é construída, do século XIX ao início século XX, através de instituições preocupadas com a proteção do indivíduo ainda não maduros e diagnosticados em suas fragilidades ou através de instituições interessadas na potencialização das capacidades desses indivíduos, entre as quais as instituições escolares, as ciências modernas, o direito, o Estado e o mundo do trabalho industrial (2000, p. 77).

Diferentes conceitos de juventudes foram formados por diversas áreas como: Psicologia, Sociologia, Demografia, Direito e Políticas Públicas, dentre outras. Para além da definição de idade, a juventude pode ser definida enquanto um período de combater estigmas e preconceitos. A juventude é também um estilo de vida que vai além da definição da idade, evocando a transgressão, o anti-conformismo (GRAZIOLO,1984,p.63), a procura do risco e do prazer, a onipotência, a irreverência, a contestação, a solidariedade e os esforços para mudar os padrões estabelecidos (LIMA, 1958,p.11-19).

As juventudes são descritas por várias características que acabam por lhe dar sua especificidade, a juventude é ousada, sonha, acredita, transforma e faz.

Iniciamos este tópico pensando: Quais são os jovens que temos na escola? Essa reflexão ocorreu a partir da visão de que precisamos aprender para ensinar. Somos desafiados a refletir sobre nossas práticas, posturas e metodologias. Em qual escola estamos inseridos? Uma escola conteudista? Ou que prepara para o conhecimento e interpretação de mundo?

Nossos questionamentos são muitos, porém, para entendermos quais mudanças são necessárias, precisamos compreender a história do Ensino Médio no Brasil e revisá-la a todo momento, para, assim, entendermos qual espaço ocupamos e qual realidade vivenciamos.

Embasados historicamente podemos perceber que ainda somos marcados por uma educação carente do olhar mais atento e de atenção especial para os nossos estudantes. Já realizamos inúmeros estudos sobre como resolver este problema. No entanto, a educação deve ser entretida em atos e palavras como prioridade de nossa sociedade, contribuindo para o desenvolvimento social e individual, para a emancipação dos sujeitos, abrindo possibilidades da construção de uma sociedade melhor para todos.

Uma análise da conjuntura mundial e brasileira revela a necessidade de construção de uma educação básica voltada para a cidadania. Isso não se resolve apenas garantindo a oferta de vagas, mas sim oferecendo-se um ensino de qualidade, ministrado por professores capazes de incorporar ao seu trabalho os avanços das pesquisas nas diferentes áreas de conhecimento e de estar atentos às dinâmicas sociais e suas implicações no âmbito escolar. (BRASIL, 1998a, p. 9).

Reconhecemos que os desafios são inúmeros, e que devemos e podemos vencer toda e qualquer forma de exclusão. A escola é, por definição, um espaço de aprendizado, sendo um contexto que envolve as relações humanas, com conflitos e soluções. Pensando nisso, a escola deve voltar-se, principalmente, às vivências e às relações humanas que, por sua vez, são extremamente delicadas e devem ser vistas com cautela quando questionados os paradigmas que as norteiam, pois se questiona, também, a maneira como esses são estruturados na organização escolar. Sentimos que estamos em um momento de mudança de paradigma. Na visão de Ribeiro (2002, p. 46): “Educar quer dizer contribuir para o desenvolvimento harmonioso de uma pessoa por meio de boas relações com a realidade em que tal pessoa vai vivendo. Assim, a educação não pode ser concebida como qualquer coisa estática, à margem da experiência concreta do educando. Todos os estímulos, os componentes de tal experiência devem ter lugar na atividade educativa cotidiana.”

Vivemos uma época de mudanças. As nossas escolas estão inseridas em uma realidade desafiadora, cujo público alvo vem de famílias assalariadas, sem muitas pretensões em ocupar um espaço nas universidades. Muitos de nossos educandos não são ensinados a interpretar a realidade.

Ainda somos interpelados pelo alto nível de evasão escolar e baixos rendimentos de aprendizagem e identificamos que a falta de atratividade é a grande responsável. Nossas escolas são espaços que não promovem o prazer pelo conhecimento – prazer e conhecimento que, no entanto, é o que move o homem em todas as suas direções –, espaços, portanto, onde o conhecimento não atrai seu público nem faz parte de suas agendas de prioridades, resultando, assim, no desinteresse pelo conhecimento. Devemos repensar imediatamente as práticas metodológicas ultrapassadas que são utilizadas em

grande parte das escolas, onde o educando tem apenas que copiar textos do quadro, ou até mesmo do livro. Muitas vezes ainda, é pedido ao mesmo que faça pesquisa, mas essa pesquisa é apenas um “copia e cola” da internet ou de livros, sem o mínimo de interpretação ou crítica. A escola no modelo atual não faz mais sentido, embora seja o maior espaço de socialização de nossa comunidade, pois há falta de investimento público para o lazer no seu entorno.

O currículo escolar impossibilita que os educandos possam usufruir de aspectos de sua própria cultura e daquela que rodeia a escola. Segundo Sacristán (1995, p. 97), os conteúdos selecionados no currículo dificilmente têm o mesmo significado para cada um dos indivíduos. A falta de “representatividade” cultural do currículo escolar repercute, imediatamente, na desigualdade de oportunidades e na incapacidade da cultura da escola para dotar os alunos de instrumentos que permitam-lhes compreender melhor o mundo e a sociedade que os rodeia.

Somos constantemente barrados pela implantação de nossos projetos, pois como educadores vivemos cheios de burocracias e em meio a uma educação quantitativa, que visa somente o resultado final e não tal processo integral.

Reconhecemos a emergência de transformar nossa escola e inserir novos temas que se fazem urgentes, como os da máxima kantiana “Age de tal modo que possas usar a humanidade, tanto em tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre como um fim ao mesmo tempo e nunca somente como um meio.”(KANT, 1997, p.79). Sentimos que precisamos de uma reformulação do currículo tanto da educação básica como o da educação superior, para uma melhor qualificação dos atuais e futuros educadores de nosso país.

Para assim multifacetar nossa educação é necessária mudar os paradigmas, bem como o conhecimento em movimento. Sabemos e percebemos que os desafios são inúmeros, precisamos estar dispostos para a transformação.

Assim, queremos nos comprometer com um currículo que se preocupe com assuntos que promovam a cidadania integral dos sujeitos que estão sendo formados. Incluir temas como: a importância da ética, saúde, trabalho, tecnologia, articulação de conhecimento de mundo, meio ambiente, violência, política, cultura, existência, economia, família.

2 A EDUCAÇÃO COMO MEDIAÇÃO DA FORMAÇÃO

2.1 A política educacional para a filosofia no ensino médio do Brasil

EDUCAÇÃO: “1. ATO OU EFEITO DE EDUCAR-SE. 2 PROCESSO DESENVOLVIDO DA CAPACIDADE FÍSICA, INTELECTUAL E MORAL DA CRIANÇA E DO SER HUMANO EM GERAL, VISANDO A SUA MELHOR INTEGRAÇÃO INDIVIDUAL E SOCIAL. 3 OS CONHECIMENTOS OU APTIDÕES RESULTANTES DE TAL PROCESSO; PREPARAR. 4 O CABEDAL CIENTÍFICO E OS MÉTODOS EMPREGADOS DE TAL RESULTADO; INSTRUÇÃO, ENSINO. 5 NÍVEL OU TIPO DE ENSINO. 6 O PERFEIÇOAMENTO INTEGRAL DE TODAS AS FACULDADES HUMANAS. 7 CONHECIMENTO E PRÁTICA DOS USOS DE SOCIEDADE CIVILIDADE, DELICADEZA, POLIDEZ, CORTEZIA. 8 ARTE DE ENSINAR E ADESTRAR ANIMAIS; ADESTRAMENTO. 9 ARTE DE CULTIVAR AS PLANTAS E DE FAZER REPRODUZIR NA MELHORES CONDIÇÕES POSSÍVEIS PARA SE ALTERIR EM BONS RESULTADOS. (Dicionário Aurélio).

O sistema educacional brasileiro sofreu grandes mudanças nos últimos anos. O ensino fundamental passa de 8 anos para 9 anos com o intuito de melhorar a educação dos brasileiros. No entanto, devemos nos preocupar em garantir a educação para todos. Esta garantia está presente na Lei de Diretrizes e Bases no título II e III, porém, não é cumprida à risca. Vemos com frequência muitas crianças fora da escola em decorrência da grande exclusão social ainda vigente no Brasil.

A educação sofreu mudanças não só em relação ao aumento da permanência no ensino fundamental, mas também em relação ao ensino médio. A filosofia e a sociologia voltam aos currículos escolares como disciplinas obrigatórias e não mais como optativas ou interdisciplinar.

Segundo Feijó (2011) em 1998 a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação regulamentou a LDB através das Diretrizes Nacionais do Ensino Médio (DCNEM, parecer CNE/CEB 15/98 e a resolução CBE/CCEB 03/98), que trouxe à luz a interpretação dos artigos 35 e 36 da referida Lei (que tratam do ensino de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio) e que alteraram o sentido do ensino de Sociologia, invertendo as expectativas, de forma que, ao invés de afirmar a Sociologia e a Filosofia como disciplinas obrigatórias no ensino médio, a resolução tirou a obrigatoriedade para

que seus conteúdos fossem trabalhados de forma interdisciplinar pelas outras disciplinas do currículo.

No dia 02 de Junho de 2008, a Lei nº 11.648/08 foi aprovada modificando diretamente a LDB 9.394/96 em seu artigo 36, ao incluir no inciso IV: "serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio", a partir dessa lei a disciplina seria ofertada de forma obrigatória, chegando a ser ofertada até 2012 em todas as séries do Ensino Médio.

Tornando assim, pelo menos no ensino superior em licenciatura dos cursos de Filosofia, a prática de ensino ainda mais necessária para que se possa atender a demanda do mercado de trabalho e também da qualidade de ensino.

O incentivo à educação formal no Brasil mostra-se algo extremamente necessário. No cotidiano escolar percebemos as fragilidades desse processo que desafiam tanto os educadores quanto os educandos sensibilizados para uma educação de qualidade voltada para a formação cidadã com vistas à transformação da sociedade. Faz-se necessário uma revolução na educação para a transformação da sociedade que deve ser iniciada imediatamente.

Percebe-se que a disciplina de filosofia tem ganhos significativos com a sua reinserção no curriculum básico de ensino, porém, sabemos que as situações encontradas em nossas escolas do ensino médio são as mais diversas e complexas imagináveis.

Nos diversos momentos históricos percebemos como nunca foi linear a disciplina de filosofia no Ensino Médio. Conflitos e resistências têm permeado esse processo. "Até mesmo por se tratar da presença num nível de ensino que passou por sérias crises de identidade, ora voltando-se para a formação profissional, ora à formação geral, a presença da disciplina de Filosofia no Ensino Médio foi problemática". (MARTINS, 2000, p. 100).

2.2 A FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO ATUAL

Este tópico quer discutir brevemente e identificar, a partir do agir de ontem, novo agir de amanhã relativo ao ensino de filosofia no Ensino médio, considerando todos os desafios proposto pelo ideal de uma educação de qualidade. Pelo percurso que fizemos até o momento se percebe que não há

respostas definidas e prontas. Assim como a sociedade civil e as universidades, as escolas tateiam entre alternativas e caminhos para contribuir com a permanência do ensino de filosofia no ensino médio.

Certamente o ensino de filosofia pode e deve abraçar absolutamente todas as formas e estratégias necessárias para a qualificação para o ensino de filosofia. Onde quer que faltem meios necessários para uma capacidade reflexiva, um ensino que vise a formação de sujeitos autônomos deverá buscá-los, encontrá-los, com as mais diferentes formas e metodologias, oferecendo o auxílio necessário para uma educação transformadora e libertadora.

Entende-se, então, que não é possível desunir filosofia de filosofar, pois os dois são uma mesma coisa. Constata-se que os professores de filosofia têm a responsabilidade de educar para a criticidade e formar sujeitos autônomos trazendo a criticidade e a liberdade do conhecimento para o nosso mundo; pois, pior do que não ter a quem contar o que a gente sente, é contar o que a gente sente a quem não sente o que a gente sente.

Certamente a prática específica do ensino de filosofia se constitui uma das áreas da educação que poderá contribuir com as pessoas para refletir sobre uma educação criativa, reflexiva e crítica visando à superação das nossas ignorâncias e das situações vivenciadas em relação ao ensino de filosofia.

Vou afirmar que um professor de filosofia é aquele que, acima de tudo, consegue construir um espaço de problematização compartilhado com seus alunos. (...) Ensinar filosofia é antes de mais nada ensinar uma atitude em face da realidade, diante das coisas, e o professor de filosofia tem que ser, a todo momento, consequente com esta maneira de orientar o pensamento. (Cerletti, 2003, p. 62)

Denota-se nesse campo a grande necessidade de criação de espaços de comunicação e aprendizado que visem desenvolver uma perspectiva libertadora capaz de superar visões conservadoras e a incompreensão do discurso conteudista. Visão conservadora e conteudista que entende o ensino médio a uma preparação para o Enem ou vestibular, reduzindo a escola a um espaço de falência que promove a culpabilidade e a falta de interesse dos educandos.

(...) no ato de ensinar e de aprender há duas vontades e duas inteligências. Chamar-se-á embrutecimento à sua coincidência.

Na situação experimental criada por Jacotot, o aluno estava ligado a uma vontade, a de Jacotot, e a uma inteligência, a do livro, inteiramente distintas. Chamar-se-á emancipação à diferença conhecida e mantida entre as duas relações, o ato de uma inteligência que não obedece senão a ela mesma, ainda que a vontade obedeça a uma outra vontade. (Rancière, 2002, p. 31-32)

É preciso ser gerada através da reflexão filosófica uma nova mentalidade e nova atitude comportamental que libertem as pessoas da ignorância que ainda presenciamos nos mais diversos espaços sociais.

A educação como figura do porvir é, por exemplo, dar uma vida que não será a nossa vida nem a continuação da nossa vida, porque será uma outra vida, a vida do outro, e porque será o porvir da vida ou a vida por vir. Ou dar um tempo que não será o nosso tempo nem a continuação de nosso tempo, porque será um outro tempo, o tempo do outro, e porque será o porvir do tempo e o tempo por vir. Ou dar uma palavra que não será a nossa palavra nem a continuação da nossa palavra porque será uma outra palavra, a palavra do outro, e porque será o porvir da palavra ou a palavra por vir. Ou dar um pensamento que não será o nosso pensamento nem a continuação do nosso pensamento, porque será um outro pensamento, o pensamento do outro, e porque será o porvir do pensamento ou o pensamento por vir. Ou dar uma humanidade que não será a nossa humanidade nem a continuação da nossa humanidade, porque será uma outra humanidade, a humanidade do outro, e porque aí entra em jogo o porvir do homem ou o homem por vir. Desse ponto de vista, a educação tem a ver com o talvez de uma vida que nunca poderemos possuir, com o talvez de um tempo no qual nunca poderemos permanecer, com o talvez de uma palavra que não compreenderemos, com o talvez de um pensamento que nunca poderemos pensar, com o talvez de um homem que não será um de nós. Mas que, ao mesmo tempo, para que sua possibilidade surja, talvez, do interior do impossível, precisam de nossa vida, de nosso tempo, de nossas palavras, de nossos pensamentos e de nossa humanidade. (Larrosa, 2001, p. 289)

As pessoas que conviveram com a implantação das aulas de filosofia, por sentirem uma escola com poucas possibilidades de estimular reflexão, precisam cumprir a tarefa de educador e dar o exemplo de abertura, de diálogo, de promoção da responsabilidade comportamental às novas gerações que são massificadas por essa sociedade indiferente e mercantilista.

3. A AUTONOMIA DOS JOVENS E ADOLESCENTES NAS AULAS DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO

3.1 A função formativa da Filosofia

Os desafios são muitos para os vários aspectos de ensino da filosofia no ensino médio. Entre eles, percebe-se a necessidade de um olhar atento para aquilo em que os aspectos formativos do ensino da filosofia diferem de seus aspectos identitários, isto é, para o fato de que o professor de filosofia é uma categoria diferente do filósofo, pertencentes a realidades diferenciadas, característica afirmadas nas licenciaturas em filosofia. A respeito deste e de outros aspectos, vale a pena ouvir o que nos tem a dizer o professor Celso Favaretto:

Olha, as dificuldades são muitas. Elas me parecem ser de três ordens. Em primeiro lugar, definir muito claramente – e isto é tarefa dos educadores – os objetivos deste ensino de filosofia no nível médio. Porque, pelo valor que a filosofia tem, por seu vulto histórico, pela respeitabilidade que ela tem em termos de saber, parece evidente que por sua simples condição de filosofia ela será suficientemente válida e necessária. Mas isso não é verdade. Uma coisa é pensar a filosofia como um domínio de saber historicamente consagrado e com tantos séculos de experiência; outra coisa é pensá-la como um requisito educacional, a filosofia em sua relação com a tarefa fundamental da educação de jovens, à qual se chama de formação, entendendo-se por formação aquele trabalho que a escola realiza em todos os níveis, mas principalmente nos níveis fundamental e médio, que é o de possibilitar a inserção dos jovens nos domínios da cultura, da sociedade e da política, centrando este trabalho no domínio da linguagem, o que é fundamental para a garantia de um discurso consequente. Quer dizer, o que não é fácil é oferecer uma delimitação dos objetivos desse ensino, não em termos puramente formais, mas com base numa compreensão muito clara do que pode ser uma filosofia que seja ao mesmo tempo aquele saber consagrado e necessário, de um lado, e, de outro, algo que cumpra esta função educativa de maneira adequada. (Filosofia - Estudo e ensino I. Carvalho, Marcelo II. Cornelli, Gabriele.pg 20/ Entrevistado Prof. Celso Favaretto)

O docente de filosofia para o ensino médio tem a importante tarefa de conduzir as suas ações pedagógicas com uma linguagem adequada para os alunos de filosofia do ensino médio. Afirma Rocha (2008, p. 120) que é “por

isso mesmo que o professor de Filosofia deve estar muito atento para os obstáculos e desafios didáticos de sua área”. E, defendemos, o professor necessita repensar, com uma transformação de mentalidade, a sua prática, possibilitando um ensino para criticidade dos educandos. Ghedin (2009, p.81) afirma que “a experiência docente é espaço gerador e produtor de conhecimento, mas isso não é possível sem uma sistematização que passe por uma atitude crítica do educador em face das próprias experiências”

No que se refere ao ensino de filosofia se faz necessário pensar a importante questão da metodologia de ensino para a filosofia no ensino médio, a relação do que se ensina em filosofia nas licenciaturas está muito distante das práticas em sala de aula.

Não posso saber o que está sendo feito nas diversas licenciaturas do País; entretanto, a gente sabe que esta tem sido uma preocupação fundamental. Quer dizer, sob a rubrica “formação de professores”, as licenciaturas de todos os cursos de filosofia estão tentando se reorganizar. Quando não têm ainda uma ligação com os cursos de filosofia, tentam articular-se diretamente com esses cursos e vice-versa; os cursos de filosofia procuram se articular com as licenciaturas quando são separados, como é o caso de universidades federais e estaduais. Ora, existe atualmente a perfeita consciência de que as licenciaturas, tais como nós as conhecemos na tradição histórica brasileira, não cumpriam e não estão cumprindo no momento as tarefas necessárias. Por exemplo, se você lembrar os três níveis que coloquei anteriormente, até onde eu conheço, as licenciaturas têm uma dificuldade muito grande de preparar os professores para identificar o que é ou não relevante dentro de toda a produção filosófica, tendo em vista tanto a formação dos educandos quanto a necessidade de tematizar condições presentes da cultura, da política, das artes, das ideologias e assim por diante. Essa é uma dificuldade. Outra grande dificuldade é que há uma enorme resistência por parte dos filósofos profissionais em geral, e que é transmitida aos professores que vão lecionar no ensino médio, para passar do nível das interpretações, do nível dos conhecimentos, isto é, da produção de saber, para o nível do ensino, no qual é preciso operacionalizar. Porque a operacionalização geralmente é pensada como uma coisa muito boa para as matemáticas, para as ciências, para as línguas e parece que a filosofia não precisaria, porque é um saber já totalizador em si. É um engano. Primeiro, porque a filosofia não é mais totalizadora. A filosofia hoje é uma aventura como ocorre em outros lugares do saber. Ela é dispersa; está dispersa. Ela se multiplica. Há filosofias, e não filosofia, e os regimes de pensamentos são diversos nessas diversas filosofias. Então, como o professor vai se localizar, não só em termos de objetivos gerais, mas de objetivos muito específicos que dizem respeito às operações que ele deve treinar com os seus alunos, para que haja

produção conceitual, para que haja eficácia na absorção dos diversos tipos argumentativos de pensamento? E o professor tem que estar muito consciente de que problematizar não é uma tarefa espontânea; é uma coisa também construída. (Filosofia - Estudo e ensino I. Carvalho, Marcelo II. Cornelli, Gabriele. p 23/ Entrevistado Celso Favaretto)

O professor de Filosofia precisa definir a intenção com a qual ele apresentará o conteúdo da disciplina para seus educandos. Existe um mundo de possibilidades para o ensino de filosofia, de pensadores a nortear o seu plano de ensino e aprendizagem. Com tão poucas aulas o professor se coloca diante da escolha de um conteúdo necessário que seja significativo para conhecimento de nossos educandos, pois os pensadores estudados em sala de aula darão um norte para a aprendizagem das temáticas possíveis.

Exatamente. Se você tiver uma tópica conceitual e certas orientações argumentativas, poderá construir uma discussão como problema; do contrário ficará simplesmente no nível da manipulação de informações, cujo resultado final todo professor conhece muito bem; no final da aula, no final do debate, quando os antagonismos se estabelecem, acontece o seguinte: um aluno diz “tudo bem eu penso assim e ele pensa diferente, mas cada um pensa como quer”, e fica por isso mesmo. Se cair neste nível, a filosofia não terá nada a contribuir para a educação. Também não terá nada a contribuir se for pura loquacidade de transmissão de conhecimentos acumulados em vinte séculos. Isso também não serve para nada. O fundamental é o jogo entre, de um lado, o que se seleciona em toda produção filosófica desses vinte e tantos séculos e, de outro, as necessidades que surgem da existência social, política, e da inserção cultural e da necessidade de subjetivação dos alunos: é aí que está o embate, e é aí que está a construção necessária. É aí que o trabalho do professor deixa de ser pura transmissão e simples organização de debates. É um trabalho muito ativo, de seleção e de produção de referências. (Filosofia - Estudo e ensino I. Carvalho, Marcelo II. Cornelli, Gabriele, p.23, Entrevista com Celso Favaretto.)

O educador da atualidade tem um desafio muito maior do que apenas passar conteúdo, uma atenção deve ser dada para o estímulo ao conhecimento, para aquilo que nas aulas de filosofia pode nos estimular. Pelo que se requer um olhar atento para a percepção do ensino de filosofia como um importante instrumento de ensino que será relevante para a vida prática. A disciplina de filosofia não ser encarada apenas como uma aula teórica e sim

como ensino para a vida dos sujeitos, que provoca a curiosidade, quebrando os paradigmas impostos pela falta de qualificação de professores. De fato, em muitos casos, se não na maioria de nossas escolas, os professores que estão lecionando filosofia não são formados na área da filosofia, o que dá às aulas de filosofia vários olhares, menos o olhar da criticidade frente aos dilemas do cotidiano historicamente referendado pelos vários estudiosos das diversas áreas de conhecimento e referendada por inúmeros pensadores da filosofia. Falta de domínio do tema da filosofia que provoca ainda a rejeição da disciplina da filosofia. Nesse sentido, o ensino de filosofia se constitui pelo desafio da manutenção na grade escolar da disciplina bem como pela experiência formativa para a criticidade no ensino médio.

3.2 A AUTONOMIA

A autonomia, um assunto que vem sendo debatido em todo o processo de ensino e aprendizagem, caracteriza-se por uma atitude individual dos sujeitos que tenham o interesse de buscar algo para si e para os outros, uma ação intransferível do sujeito. Muitas vezes, em nossos espaços escolares, essa habilidade da autonomia é negada pelos educadores. No entanto, ignorar tal realidade pode dificultar o processo de aprendizagem dos sujeitos

Pacheco (1996) afirma que os Currículos precisam atentar à “valorização da individualidade do sujeito e da sua cognição, das atitudes e valores, ao respeito pelas diferenças individuais e à procura de um desenvolvimento global e contínuo.”

A Autonomia é prioridade absoluta, por sua importância para o desenvolvimento humano. Aqui nesta pesquisa valorizamos a autonomia como peça fundamental, em toda a sua complexidade e necessidade, para as possibilidades de conhecimento dos sujeitos que desejam o conhecimento.

Conforme o pensamento de Paulo Freire “Uns ensinam e, ao fazê-lo, aprendem. Outros aprendem e, ao fazê-lo, ensinam.” A autonomia é entendida como a habilidade de superação de seus limites que induz à reprodução da ideia de construção de conhecimento. Erroneamente muitas pessoas acreditam que o êxito de conhecimento complexo da realidade só pode se dar pela

restrição da autonomia do aluno. Ao contrário, a autonomia é um importante aliado na construção do conhecimento. O sujeito da aprendizagem necessita de autonomia em seu processo; a falta de autonomia pode causar a impossibilidade ou a tolhimento de conhecimento.

Os educandos precisam assumir sua condição de sujeitos conscientes, que se estimulam e compreendem com os novos saberes; toda capacidade deve ser desenvolvida e estimulada nos espaços de ensino; a busca pelo novo se faz necessário enquanto compreensão de um mundo novo através do estímulo para a autonomia.

A definição para a palavra autonomia com origem do grego: *autós* = a si mesmo + *nomos*, que significa compartilha, instituição, lei, norma, convenção ou uso. Na definição de Houaiss (2010), a autonomia “expressa a capacidade de se autogovernar; aptidão de agir sobre si mesmo de maneira a produzir regras para orientar uma conduta.”

O sujeito autônomo deve ser um agente que transforma com a sua capacidade de decidir em todas as situações que o envolvem, seja ela aprendida ou ensinada de forma real ou virtual.

Seguindo nessa direção, Heller (1982, p. 151) menciona que

A liberdade, decerto, jamais é absoluta. Autonomia significa que somos responsáveis por nossas ações, já que elas decorrem de nós mesmos; e devemos sempre supor que deveríamos ter agido de outro modo. Relativa significa que a situação social concreta e os diversos sistemas normativos definem os limites no interior dos quais podemos interpretar e realizar determinados valores. Em suma, nossa determinação social não condiciona por si só nossas ações, mas certamente a influência de perto.

A autonomia deveria fazer parte do nosso cotidiano escolar, a escola atual nos desafia a estimular a autonomia de nossos educandos. Muitos educadores não primam pela autonomia dos educandos, sendo que em sua prática a obediência é o que norteia e a autonomia é colocada em segundo plano por muitos, reforçando a ideia de educação bancária, na qual todos os educandos devem ser cordeirinhos passivos e a autonomia dos sujeitos da aprendizagem entram no esquecimento da nossa prática educadora.

3.3 CONTRIBUIÇÕES DE KANT PARA A AUTONOMIA DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO.

Percebe-se a importância da educação, a educação jamais deve desrespeitar a autonomia. Toda educação proposta por Kant deve visar a formação de sujeitos autônomos, devendo unir a experiência e os projetos da razão. Toda educação voltada simplesmente e basicamente no raciocínio lógico, que podemos presenciar na maioria das escolas, simplesmente não possibilita a criação de conceitos reais, pois as fórmulas fazem parte do cotidiano escolar, onde os sujeitos não superam a condição de heteronomia e somente a experiência não transforma os sujeitos autônomos que é a proposta do pensamento da pedagogia de Kant.

Podemos ver que as Reflexões sobre a Educação de Kant encontram na ideia de trabalho, na sua acepção mais ampla, uma forma de integrar experiência de cada geração humana ao operar o mundo com a questão metafísica da liberdade que permite a ligação dessas experiências a um ideal de humanidade esclarecida e emancipada. (MARTINI, 1993, p. 113).

O pensamento de Kant em uma educação autônoma que procura desenvolver e estimular as capacidades de ensino aprendizagem em todas as capacidades dos sujeitos de ensino onde as condições são as mais adversas e assim a busca por um conhecimento autônomo e responsável. Os saberes escolares são necessários e suficientes para nosso ensino e aprendizagem a instrumentalização para os inúmeros projetos em uma proposta racional e de liberdade para a autonomia. O pensamento de Kant se reforça pela possibilidade da ideia de autonomia, no entanto, e isso deve ser levado em conta ao se pretender educar para a autonomia.

Segundo o filósofo Kant *“Esclarecimento é a saída do homem da menoridade pela qual é o próprio culpado. Menoridade é a incapacidade de servir-se do próprio entendimento sem direção alheia. O homem é o próprio culpado por esta incapacidade, quando sua causa reside na falta, não de entendimento, mas de resolução e coragem de fazer uso (?) dele sem a direção de outra pessoa. Sapere aude! Ousa fazer uso do teu próprio entendimento! Eis o lema do Esclarecimento.”* (MARÇAL, 2009. p.407)

Nessa passagem é visível várias características do que viemos tratando no decorrer dos capítulos anteriores. A necessidade de formar um sujeito autônomo e esclarecido é urgente, e é essa autonomia que a filosofia pode fazer brotar na vida de cada indivíduo. Uma vez que esse seja capaz de perceber-se capaz nada mais poderá torná-lo incapaz.

É, portanto, difícil para cada homem isoladamente livrar-se da menoridade que nele se tornou quase uma natureza (MARÇAL, 2009. p.408)". Aqui percebemos que esse indivíduo necessita tonar-se maior para ganhar essa autonomia e vencer os medos, que nele estão impregnados. É papel do filósofo ajudar esse indivíduo ascender e não permitir que essas dificuldades o sufoquem, o matem, o acorrentem.

Parece sim utopia tomar o filósofo Kant como referência para esses estudos uma vez que a realidade do filósofo era totalmente diferente da que estamos trabalhando e estudando. Ao mesmo tempo, essa não pode ser uma muleta ou justificativa para não fazer essa transformação libertadora através da filosofia em sala de aula.

Faz-se necessário criar um plano de ação filosófica para ser trabalhado em sala de aula. Se o educando chega no ensino médio com temor ou preconceitos do que é a filosofia, somos nós os educadores que devemos quebrar esse tabu ou estigma que foram gerados por pessoas despreparadas que acabaram caindo em equívocos referentes à maneira de ensinar ou construir o pensamento filosófico comprometendo assim o verdadeiro sentido da disciplina.

Para construção desse plano de ação é viável perpassar os 04 pilares da educação, que pode ser considerado fundamentos da educação, pois é algo que perpassa a vida de cada indivíduo ao longo de sua formação e adesão de conhecimentos. São mais atuais do que nunca. São eles: Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e o aprender a ser. Se buscamos um plano ideal e que seja de um modelo de educação que traga êxitos não podemos esquecer desses 04 pilares.

A discussão dos "quatro pilares" [...] propõe uma educação direcionada para os quatro tipos fundamentais de educação: **aprender a conhecer** (adquirir instrumentos de da

compreensão), **aprender a fazer** (para poder agir sobre o meio envolvente), **aprender a viver juntos** (cooperação com os outros em todas as atividades humana), e finalmente **aprender a ser** (conceito principal que integra todos os anteriores). Estas quatro vias do saber, na verdade, constituem apenas uma, dado que existem pontos de interligação entre elas; eleitos como os quatro pilares fundamentais da educação. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Quatro_Pilares_da_Educa%C3%A7%C3%A3o, acessado em 19/01/2016, às 21:29).

Segundo o modelo dos 04 pilares, percebemos que é necessário:

- a) instigar nos educandos a vontade de aprender a conhecer, despertando neles a curiosidade pelo conteúdo do currículo da filosofia no ensino médio, mostrando para eles o verdadeiro sentido e importância que o conhecimento. Só quando cada educando entender a necessidade e a beneficência do conhecimento e o que o mesmo pode transformar sua vida, lhe dará o devido valor.
- b) Uma vez que o indivíduo está embebido do conhecimento, este é capaz de fazer, de filosofar. O mesmo coloca em prática todas as habilidades desenvolvidas. O ato de aprender a fazer é também gratificante, pois quando o educando está preparado para um novo assunto, ou seja, com pré-requisitos as coisas fluem com uma facilidade imensurável.
- c) Já dizia Aristóteles, filósofo de Estagira, discípulo de Platão, que o homem é um animal social e político, pois o mesmo sente a necessidade de conviver com o próximo e isso ele aprende no seu dia a dia, no seu convívio com os demais seres humanos. Aqui surge o choque de ideias, daquilo que foi aprendido e do que foi feito, por isso é necessário estabelecer regras, acordos. É uma fase que exige cooperação de todos. Exige consenso, devido ao pluralismo de ideias.
- d) Por fim, temos o aprender a ser, esse é o ponto da autonomia tão citada no decorrer do trabalho, quando o indivíduo alcança esse quarto pilar de aprendizagem, entende-se que o mesmo alcançou a compreensão de si mesmo e do mundo.

3.4 Plano de Curso de Filosofia para o Ensino Médio.

Sabe-se que muitos educandos nunca ouviram falar sobre Filosofia, e é no ensino médio que a encontram por primeira vez. Para tanto, é importante traçar alguns ideais a serem trabalhados no decorrer de cada fase de aprendizagem do aluno do ensino médio.

“O ensino de filosofia deve introduzir o estudante no universo da problemática filosófica, fazendo-o ver que esse é o universo das possibilidades. A discussão filosófica permite que o caminho de um programa e/ou de temas a serem perpassados, caminho esse traçado inicialmente, possa ser modificado de acordo com o desenrolar de questões que por ventura mobilizem os alunos e o professor. (CAMPANER, Sônia. 2012. p.27) ”

Como foi citado anteriormente, é papel do ensino da filosofia introduzir o educando num universo de problemáticas filosóficas, isso quer dizer que o mesmo deve trazer para sala de aula seus questionamentos, suas dúvidas, seus conhecimentos. Estes serão tratados de uma maneira diferente, ou seja, mais clara e objetiva, de modo que se abram novas possibilidades de conhecimento, de ver o mundo de maneira crítica, de realizar as coisas, de elaborar alternativas, de fazer escolhas, etc.

O professor, na aula de filosofia, não deveria ficar preso somente ao material didático, pois uma aula de filosofia deve ultrapassar os livros, a sala de aula, os muros da escola. Ela deve chegar no mais profundo de cada educando de modo que o faça questionar seus atos e sua existência.

Uma vez que se alcança esse objetivo de fazer os educandos irem além daquilo que eles têm em mãos e do que lhes foi proposto, é importante contextualizar e basear-se sim nos filósofos e estudiosos, bem como em seus métodos, ademais, estamos em busca de um plano que forme um indivíduo

autônomo, e o mesmo precisa também aprender (com outros estudiosos) para fazer.

Sem conteúdo não há ensino, qualquer projeto educativo acaba se concretizando na aspiração de conseguir alguns efeitos nos sujeitos que se educam. Referindo-se estas afirmações ao tratamento científico do ensino, pode-se dizer que sem formalizar os problemas relativos aos conteúdos não existe discurso rigoroso nem científico sobre o ensino, porque estaríamos falando de uma atividade vazia ou com significado à margem do que para que serve. (SACRISTÁN, 2000, p. 120).

Na sala de aula, é importante que todas as atividades tenham uma intenção e um objetivo concreto sempre que proposta, “pois, a filosofia é filha da ágora e sua origem a vincula à política” (SEED, 2008, p.48). Não queremos mais que o ensino da mesma seja sem nenhum compromisso, ao contrário, o compromisso é para com a humanidade e mais próximo da política, senão se torna incoerência.

A filosofia no ensino médio deve desenvolver as potencialidades do educando com suas próprias características, quer dizer, deve desenvolver:

- a) Capacidade de indagação e crítica;
- b) Qualidades de sistematização, de fundamentação;
- c) Rigor conceitual;
- d) Combate a qualquer forma de dogmatismo e autoritarismo;
- e) Disposição para levantar novas questões; para repensar, imaginar e construir conceitos, além de sua defesa radical da emancipação humana, do pensamento e da ação, livres de qualquer forma de dominação. (SEED, 2008, p.48).

São estas características que não permitem qualquer proximidade entre a Filosofia e algumas perspectivas messiânicas ou salvíficas, por mais encantadoras que sejam.

O Plano de Curso que aqui será desenvolvido tem o objetivo de referenciar os conteúdos, bem como as metodologias, procedimentos e técnicas que serão utilizadas para a formação desse indivíduo autônomo, na qual a

[...] a atividade filosófica do mestre consiste em gerar ou dar poder ao outro: isto quer dizer também fazê-lo responsável. Nisto reside a fecundidade, a atividade de “produzir” a capacidade de pensar, dizer e agir de outro, que implica a realização de pensamentos, palavras, ações diferentes das do mestre, que lhe escapam ao querer e ao “controle” [...] Querer que o outro pense, diga e faça o que queria, isto não é um querer fácil (LANGON, 2003, p.94).

Destacam-se aqui alguns conteúdos estruturantes que perpassarão todas as séries do ensino médio:

- a) 1ª Série – Mito e filosofia; Teoria do conhecimento.
- b) 2ª Série – Ética e Filosofia Política.
- c) 3ª Série – Filosofia da Ciência e Estética.

Agora vamos abordar de maneira individual justificando o porquê de cada conteúdo.

Na 1ª Série, serão abordados os temas mito e filosofia para começar os estudos filosóficos partindo de uma base comum, essa seria a formação comum de cada educando; aqui o saber mítico e o filosófico se encontram, é necessário fazer a relação entre os dois, trazer o mito para a atualidade e começar os vários questionamentos, esses com uma crítica maior. O tema teoria do conhecimento também será abordado nessa série, mostrando as várias possibilidades e formas de conhecimento. Nessa etapa ou fase, coloca-se a verdade como uma problemática, e busca-se a mesma através de uma lógica metódica.

Na 2ª Série, os temas que iremos abordar são: Ética e Filosofia Política, aqui um complementa o outro, mas é importante começar com as definições dos termos ética e moral, para que o educando consiga por si mesmo definir o certo do errado, o bem do mal; esses conceitos são ampliados na vida de cada um conforme o mesmo vai estudando e se aprofundando dos temas. A liberdade como formadora de autonomia e normas. Uma vez que o educando tem essas definições sobre Ética e moral, ele já é capaz de construir relações entre comunidade e poder, ou seja a ideia de política ela é vista de maneira crítica. Espera-se que o educando seja capaz de fazer a diferença entre liberdade e igualdade política; política e suas ideologias; esfera pública e privada, e o exercício da cidadania.

Na 3ª Série, os temas abordados são: Filosofia da ciência e estética; uma vez que o estudante já foi bem lapidado nos anos anteriores, é possível fazer um trabalho mais aprofundado e com temas mais complexos e ao mesmo tempo atuais. Discutir as concepções da ciência, do método científico, as contribuições e os limites da ciência é de grande importância. Aqui é importante abordar também dentro da ciência toda a influência que a ética deve ter. A estética é outro tema que deve contribuir na vida escolar do indivíduo. A filosofia tem uma relação muito grande com a arte e não pode ser deixado de lado os estudos sobre categorias estéticas: feio, belo, sublime, trágico, cômico, grotesco, gosto, etc. uma vez que são temas que estão inseridos na sociedade e devem ser abordados de maneira crítica.

Os alinhamentos anteriores são temas fundamentais que devem ser trabalhados como conteúdos básicos e que não podem ser suprimidos ou reduzidos, ao contrário o docente pode acrescentar outros conteúdos de modo a enriquecer o plano apresentado, e formar esse indivíduo autônomo.

A melhor forma para abordar os temas citados anteriormente é através da mobilização dos estudantes para um estudo livre, quer dizer, sem doutrinas, sem dogmatismos. Aqui o ensino e o aprender devem partir do diálogo que faz um enfrentamento com a realidade do educando (seu cotidiano).

Para isso é importante modificar as ferramentas de ensino, e como já havíamos ressaltado encontrar a “maneira correta” para que possamos alcançar cada educando, transformando-o num indivíduo capaz de pensar por si mesmo.

Para uma aula mais concreta e proveitosa é necessário um planejamento adequado, do qual o professor ou orientador da turma valorize o conhecimento prévio dos seus estudantes de modo os tornem participantes da ação educadora.

O seguinte exemplo mostrará um plano de aula, na qual poderia ser possível alcançar essa transformação no educando:

Imaginemos uma aula sobre A passagem do Mito para a Filosofia, em uma turma de 1º ano. É importante aqui fazer um levantamento de todos os conhecimentos prévios de cada aluno, assim o mesmo se sentirá também parte dessa construção. O mediador poderá pedir que o aluno escreva na lousa, ou até mesmo em um cartaz, ou em um papel a ser fixado num ambiente preparado, uma frase ou palavra que responda à pergunta do mesmo. Ex.: o que é um mito? Ou onde surge o Mito? Quais eram os principais personagens da Mitologia Grega? A importância deles? Todos esses questionamentos são válidos e importante para começar uma discussão sólida.

A partir dessa sensibilização que foi feita, o professor pode consolidar essa primeira ideia com um vídeo sobre o tema, ou até mesmo um texto que seja bem claro e relacionado ao tema. Depois de apresentado o vídeo ou o texto, é importante que se faça uma explanação do mesmo, estimulando sempre os alunos a falarem o que entenderam, e corrigindo-os quando necessário, porém, de uma maneira amigável e não coerciva, ou repressiva.

Feita a sensibilização e dada discussão, é importante que o professor apresente o a teoria. Para um melhor aproveitamento, é interessante que o professor utilize apresentação de slides com pequenos textos, intercalado com imagens que abordem o tema que está sendo tratado. Muitas dessas imagens os alunos possivelmente já terão visto em algum lugar, porém aqui a abordagem deve ser incisiva.

Kant diz: “[...] o uso público de sua razão deve sempre ser livre, e ele apenas pode difundir o esclarecimento entre os homens, o uso privado da mesma pode, contudo, ser estreitamente limitado, sem, todavia, por isso prejudicar sensivelmente o progresso do esclarecimento. ” (MARÇAL, 2009, p.409). Nessa perspectiva que queremos formar o nosso educando; que ele seja livre e esclarecido, que o uso da sua razão seja livre, seja crítico.

Assim, o educando poderá utilizar de sua razão, do seu conhecimento, para fazer ligação e ao mesmo tempo, aprender com essa nova abordagem. O conhecimento passa do que era limitado, para uma extensão maior.

A avaliação deve ser um instrumento prático e visível, para que o professor consiga acompanhar o desempenho de cada educando no seu processo de ensino aprendizagem. Contudo, não pode se prender a avaliações escritas, mas serem estimulados a fazerem na prática aquilo que aprenderam. Por exemplo: Um debate; um vídeo criado por eles, uma charge, um desenho inédito, ou até mesmo um pequeno teatro. Esses instrumentos mostrarão a maneira em que os estudantes perceberam a teoria.

Um outro exemplo ainda seria trabalhar com os alunos do 3º ano, o texto kantiano, O que é o Esclarecimento?. Uma vez que a leitura de textos filosóficos deve fazer parte do currículo do ensino de filosofia, os mesmos devem ser estimulados a isso.

Com o texto citado, seria possível mostrar aos alunos que a deficiência do pensar está em cada indivíduo e que somos nós mesmos os culpados disso. É importante provocar os mesmos, de modo que eles sintam vontade de fazer e de ser a diferença na sociedade em que vivem.

Como procedimento básico para essa aula, é sempre importante fazer uma sensibilização. Para isso, pode-se utilizar a música “admirável chip novo” da cantora Pitty, da qual mostra um indivíduo que é alienado, que não é autônomo, que não é responsável. O professor deverá fazer com que o aluno se perceba na letra da música. Depois de ouvir a música, destacar a letra e a intenção da mesma.

Feita essa sensibilização, é apresentado o texto do filósofo Kant, e começa a trabalhar o mesmo, através de uma leitura pausada e reflexiva. Os alunos nesse momento poderão fazer interpretação do texto fazendo analogia a letra da música.

Uma vez terminado essa dinâmica da leitura é importante que o professor frise alguns pontos importantes do texto e o destaque para uma discussão mais ampla.

Como avaliação, pode-se usar uma estratégia de estimular os alunos a fazerem perguntas uns para os outros. As perguntas deverão estar relacionadas ao texto base ou até mesmo a interpretação do mesmo. É

importante que o professor esteja atento para fazer algum acréscimo ou até mesmo correção caso sejam necessárias.

As atividades feitas dessa maneira, estimularão os alunos a perceberem que podem ser autônomos e assim então, aprender a fazer sozinhos sendo que serão educados para a autonomia.

Conclusão

Foi possível perceber que esse trabalho fora dividido em três capítulos, o primeiro tratou sobre o adolescente e o jovem como sujeito autônomo do ensino médio no ensino de filosofia, e nesse mesmo capítulo foi possível destacar algumas características básicas da formação de identidade, do papel desse jovem na sociedade e na escola; no segundo capítulo abordamos a ideia de educação como mediação da formação; buscou-se ainda contextualizar a política educacional do ensino da filosofia no Brasil, bem como a maneira em que a mesma é ensinada e/ou praticada nos dias atuais. No terceiro capítulo, buscou-se falar da autonomia que deve ser estimulada aos adolescentes e jovens, a partir de uma teoria Kantiana; ao mesmo tempo foi possível apresentar um plano de Curso que alinha a maneira em que a filosofia deveria ser ensinada.

Uma vez tratado e discutido tais temas no decorrer dos capítulos dos quais foram de grande importância para chegarmos a uma conclusão positiva diante da problemática que faz referência ao tema; Seria possível uma formação autônoma do educando através do ensino da filosofia?

[...] para este esclarecimento, não é exigido nada mais senão a liberdade; e, aliás, a mais inofensiva de todas as espécies, a saber, aquela de fazer em todas as circunstâncias uso público de sua razão [...] (MARÇAL, 2009, p. 408-409). Com esse pensamento de Kant percebe-se que nada impede de que o educando consiga chegar a um esclarecimento, a uma autonomia, desde que o mesmo faça uso de sua liberdade e assim alcance utilizar publicamente sua razão.

É verdade que a filosofia possui uma essência transformadora e libertadora, porém não podemos confundi-la e/ou compará-la com uma poção mágica e dizer que o aluno entrou numa aula de filosofia e saiu revestido de autonomia e uso crítico de sua razão. Não é bem assim. Por isso vimos que cada jovem é formado num contexto diferente, no qual a filosofia deve ser trabalhada. O educando somente sofre transformação, quando o mesmo se permite mudanças (quebrar paradigmas).

Quando tratamos do estudo da filosofia a partir do cotidiano dos alunos, ou até mesmo da realidade vivida por muitos, é importante ressaltar que isso visa também conceber algumas estratégias didáticas para facilitar o processo de ensino-aprendizagem, de modo que seja superada a distância que existe entre as exigências metodológicas e epistemológicas da disciplina e a formação transformadora desse indivíduo, muitas vezes vindo de grupos menos favorecidos.

Por isso foi elaborado um Plano de Curso para a disciplina de filosofia, o qual está dividido em temas que trazem essa proximidade ao educando conforme cada fase de sua vida. Lembrando que a mesma parte de uma metodologia que visa a participação, o crescimento e o esclarecimento do jovem sem queimar etapas.

A filosofia rompe com o modo cotidiano de ver o mundo, com o senso comum, a partir da sua problematização, quer dizer, da percepção do real como algo contraditório. A atitude filosófica começa a problematizar o mundo que nos rodeia e as relações que mantemos com ele. Isso não quer dizer que o conhecimento do senso comum seja sempre enganoso, mas que ele não consegue apreender toda a complexidade do real, principalmente as significações que não são aparentes, que não se revelam de imediato. (RODRIGO, 2009, p. 107).

Percebe-se a importância que a filosofia tem na vida desse indivíduo que de fato é transformado e se torna um “outro ser”. Ser autônomo. Ser livre. Ser pensante.

O jovem estudante de filosofia terá efetivamente uma outra visão de mundo, uma perspectiva de vida diferente, desde que o mesmo leve com seriedade e faça a reflexão necessária em sua vida.

Por fim, com essa pesquisa foi possível de fato perceber que é inalienável a prática do ensino da filosofia em sala de aula, pois é a mesma que fará de nossos estudantes, seres autônomos e esclarecidos, seres que sejam capazes de sair da menoridade e alcançar um estágio mais elevado, guiado pela própria razão.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis Brasil.** Secretaria de Educação Básica.

CAMPANER, Sônia. **Filosofia: Ensinar e aprender/Sônia Campaner.** São Paulo: Livraria Saraiva, 2012.

CERLETTI A. **Ensino de filosofia e filosofia do ensino filosófico.** In: GALLO, S.;

CORNELLI, G.; DANELON, M. (Org.). **Filosofia do ensino de filosofia.** Petrópolis: Vozes, 2003.

Ensinar filosofia: volume 2 / organizadores Marcelo Carvalho, Gabriele Cornelli. - Cuiabá, MT : Central de Texto, 2013.

Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno II : o jovem como sujeito do ensino médio / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; [organizadores: Paulo Carrano, Juarez Dayrell]. – Curitiba : UFPR/Setor de Educação, 2013. 69p. : il., RJ: Vozes, 1998.

DIMENSTEIN, Gilberto; STRECKER, Heider; GIANANTI, Alvaro Cesar; **Dez lições de Filosofia para um Brasil cidadão,** São Paulo: FTD,2008

FEIJÓ, Fernanda. **Modernidade e Sociologia no Ensino Médio: reflexões acerca da construção de metodologias e conteúdos.** Caderno de Campo: Programa de Pós Graduação em Sociologia, Unesp, Araraquara (SP), v.14/15, n.1, p.11- 24, 2010/2011.

FREIRE, Paulo; **Educação como prática de liberdade, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.**

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessário à prática educativa,** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FURTADO, Odair. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia.** São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

GHEDIN, Evandro. **Ensino de Filosofia no Ensino Médio.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas.** Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HELLER, Agnes. **Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia.** São

Paulo: Brasiliense, 1982.

LANGON, M. Filosofia do ensino de filosofia. In: GALLO, S.; CORNELLI, G.; DANELON, M. (Org.) **Filosofia do ensino de filosofia.** Petrópolis: Vozes, 2003.

LARROSA J. Dar a palavra. **Notas para uma dialógica da transmissão.** In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. Habitantes de Babel: políticas e poéticas da Diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

KANT, Immanuel. **Resposta a pergunta: Que é esclarecimento?** Textos Seletos. Tradução Floriano de Sousa Fernandes. 3 ed. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. 2005. Pg. 63-71.

ROCHA, Ronai Pires da. **Ensino de Filosofia e Currículo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

RODRIGO, Lídia Maria. **Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

MARÇAL, Jairo (Org.). **Antologia de textos filosóficos**/Jairo Marçal, organizador. – Curitiba: SEED – Pr., 2009.

MARTINI, Rosa Maria Filippozzi. **Antecipação de Kant ao problema das vertentes epistemológica e ética da educação**. In: Educação & realidade. Porto Alegre: 18(2): 109-118, jul./dez. 1993.

MARTINS, M. F. **Uma nova Filosofia para o Ensino Médio**. In: GALLO, S.; KOHAN, W. O. (Orgs.). Filosofia no Ensino Médio. Petrópolis: Vozes, 2000.

OBIOLS G. **Uma introdução ao ensino da filosofia**. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2002.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. Rosa, Porto Alegre: Artmed, 2000.

SEED (Secretaria de Estado da Educação do Paraná). **Diretrizes Curriculares Da Educação Básica**. Curitiba. 2008.

<http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n1/v21n1a05>: Formação política do adolescente no Ensino Médio: a contribuição da Filosofia Antônio Joaquim Severino

http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/cadernos/web_caderno_2.pdf: Formação de Professores do Ensino Médio O JOVEM COMO SUJEITO DO ENSINO MÉDIO.

Quatro Pilares da Educação, https://pt.wikipedia.org/wiki/Quatro_Pilares_da_Educa%C3%A7%C3%A3o, acessado em 19/01/2016, às 21:29).